
AS CONDIÇÕES DA TRANSNACIONALIDADE NA FRONTEIRA AMAPÁ (BRASIL) – GUIANA FRANCESAS (FRANÇA)

TRANSNATIONALITY CONDITIONS AT THE AMAPÁ
(BRAZIL) - FRENCH GUIANA (FRANCE) BORDER

Leone de Araújo Rocha¹

<http://lattes.cnpq.br/1314506350082941>

<https://orcid.org/0000-0001-7389-5392>

Marcus Cardoso²

<http://lattes.cnpq.br/7460969839763937>

<http://orcid.org/0000-0002-9109-4510>

Recebido em: 30 de maio de 2020

Aprovado em: 22 de novembro de 2020

RESUMO: Neste artigo realizamos um estudo sobre a fronteira Amapá (Brasil) – Guiana Francesa (França) buscando ressaltar o *transnacionalismo* de sua constituição, que promove uma integração *transnacional* entre os dois territórios, propiciando as condições para uma *transnacionalidade*. Foram utilizadas três condições dentre as descritas por Ribeiro (2000): econômica, social e integrativa. Procuramos assim interpretar as relações fronteiriças em questão utilizando-se dessas categorias, num intuito de contribuir com a compreensão desse *transnacionalismo*. Empregou-se, assim, como dados de análise os movimentos migratórios, coletados por meio de fontes bibliográficas. O *transnacionalismo* dessa fronteira poucas vezes foi objeto principal dos estudos até o presente momento, fato este que nos motivou a realizar esta pesquisa. Como conclusão deste artigo, afirmamos que o *transnacionalismo* na fronteira Amapá – Guiana Francesa não possui seu principal elemento gerador nos fatores econômicos, mas, sim, políticos.

Palavras-chave: transnacionalismo, transnacionalidade, fronteira Amapá – Guiana Francesa, migração.

ABSTRACT: In this article we carried out a study on the Amapá (Brazil) - French Guiana (France) border, seeking to emphasize the *transnationalism* of its constitution, which promotes *transnational* integration between the two territories, providing the conditions for a *transnationality*. Three conditions were used among those described by Ribeiro (2000): economic, social and integrative. Thus, we tried to interpret the border relations in question using these categories, in order to contribute to the understanding of this *transnationalism*. Migratory movements, collected through bibliographic sources, were used as analysis data. The *transnationalism* of this border has rarely been the main object of studies until the present moment, a fact that motivated us to carry out this research. As a conclusion of

¹ Antropólogo do INCRA – SR (21)/AP. Mestre em Estudos de Fronteira pelo PPGEF/UNIFAP. Pesquisador (LAET/UNIFAP). E-mail: rocha.leone@yahoo.com.br.

² Programa de Pós-Graduação em Estudos da Fronteira (PPGEF/UNIFAP). Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/UnB. Comissão de Direitos Humanos da ANPOCS. Coordenador (LAET/UNIFAP). E-mail: marcuscardoso@gmail.com.

this article, we affirm that transnationalism on the Amapá - French Guiana border does not have its main generating element in economic factors, but, rather, political ones.

Keywords: transnationalism, transnationality, Amapá - French Guiana border, migration.

A fronteira Amapá (Brasil) – Guiana Francesa (França)³ é o centro de um fluxo contínuo de brasileiros que atravessam essa fronteira em um ir e vir que existe há décadas, e mantém ativo um vínculo que integra as duas nações (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019; SILVA, 2016; PINTO, 2008; AROUCK, 2002). O principal ponto da adaptação consistiu em adicionar à discussão apresentada na dissertação a contribuição de Gustavo Lins Ribeiro (2000), especificamente a sua elaboração teórica sobre os conceitos de *transnacionalismo*, *transnacionalidade* e *transnacional*,

Defendemos neste artigo que esse vínculo possui um *nível de integração transnacional*. Por *nível de integração* entendemos como um “espectro formado pelos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional” (RIBEIRO, 2000). Assim, existiria nesse espaço o fenômeno do *transnacionalismo*, que não se limita à integração entre Amapá e Guiana Francesa, mas compõe toda uma cadeia de fluxos migratórios envolvendo o norte do Brasil, a região das Guianas (Guiana Francesa, Suriname e República da Guiana), e, ainda mais, a região do Caribe, não se limitando a interações sul-sul, mas muitas vezes extrapolando essa cadeia migratória para a América do Norte ou Europa (JOSEPH, 2020; SILVA, 2019; ROSÁRIO, 2019).

Quando se trata do nível de integração – *transnacional*, ou do fenômeno propriamente dito – *transnacionalismo*, é preciso levar em consideração também a questão da *transnacionalidade*, que, segundo Ribeiro (2000), é uma *condição*. Este autor elenca sete condições (integrativas, históricas, econômicas, tecnológicas, ideológicas e culturais, sociais e, por fim, rituais) para que esteja presente a *transnacionalidade*, que seria o sentimento de pertencimento de determinados sujeitos a uma condição *transnacional*, que possui características “potenciais e virtuais”, levando o autor a “considerar a *condição* da transnacionalidade” (*grifo nosso*) ao invés de sua “existência de fato” (RIBEIRO, 2000, p. 93).

Neste artigo afirmamos que o fenômeno do *transnacionalismo* ocorre como uma característica constitutiva do próprio movimento marcado pelo deslocamento de brasileiros para a Guiana Francesa, o que conforma, desta maneira, uma integração *transnacional*. Esse processo migratório, como procuramos demonstrar, é composto de um acionamento de redes transnacionais de caráter permanente. Por exemplo: o fluxo de pessoas e mercadorias é constante e perene; brasileiros são deportados da Guiana Francesa num dia e em alguns outros dias estão de volta; trabalhadores brasileiros na Coletividade Ultramarina Francesa remetem valores financeiros para o Brasil, ou, ainda, possuem família neste país e realizam um vai-e-vem constante entre as duas nações (SILVA, 2016; PINTO, 2008).

A percepção dessa integração *transnacional* pela existência do *transnacionalismo*, no fenômeno migratório Amapá – Guiana Francesa é algo recorrente nos já diversos estudos realizados sobre essa fronteira. Isto pode ser constatado, por exemplo, em alguns trabalhos como o de Arouck (2002) centrado nas relações étnicas; Pinto (2008) abordando o fenômeno migratório

³ Desde 2016 a Guiana Francesa é uma Coletividade de Ultramar Francesa. Até essa dada, essa Guiana possuía o status de um Departamento Ultramarino que pertencia a uma Região francesa. Com essa mudança, o Departamento e a Região se fundiram e ganharam uma assembleia única, conforme decisão estabelecida em um plebiscito popular entre os guianenses-franceses realizado em janeiro de 2010 (DUARTE, 2016). Assim, em alguns dados bibliográficos citados de pesquisas realizadas antes de 2016, o termo *Departamento* é utilizado pelos respectivos autores. No corpo do texto utilizamos *Coletividade*.

relacionado ao trabalho; Oliveira (2011) examinando dinâmicas sociais; Furtado (2015) enfocando a mineração e Martins; Superti; Pinto (2015) estudando a mobilidade. Todos se debruçam sobre o estudo da fronteira Amapá – Guiana Francesa de um ponto de vista particular, e percebem o caráter *transnacional* dentro da especificidade de seus objetos de pesquisa, mas não se aprofundam no aspecto transnacional da fronteira. Mesmo trabalhos mais recentes como o de Silva (2019), centrado no fluxo migratório na cidade do Oiapoque (AP) e Rosário (2019) que trabalha com a questão das mulheres negras migrantes na região, entre outros estudos, possuem seus objetivos próprios que não o estudo do *transnacionalismo* na fronteira Amapá – Guiana Francesa. Devido à ausência de uma maior atenção a esse aspecto, constatamos que nessas pesquisas realizadas a questão do *transnacionalismo* está subentendida como um *background* onde se desenrolam as atividades dos sujeitos envolvidos.

Como citado acima, ao nível de integração *transnacional* estão vinculadas certas condições, as condições da *transnacionalidade* (RIBEIRO, 2000). Assim, o objetivo deste artigo será analisar três condições que acreditamos que sejam fundamentais para que a *transnacionalidade* seja possível na fronteira em questão – condições econômicas, social e de integração. Buscaremos expor como essas condições ganham vida nas interações fronteiriças, e como essas mesmas condições se equacionam de forma que a *transnacionalidade* se materialize em práticas e sentidos próprios dos sujeitos migrantes. A análise poderá então adicionar mais uma compreensão sobre o *transnacionalismo* na fronteira Amapá – Guiana Francesa.

Assim, através de um processo dedutivo, buscou-se interpretar os dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica com o intuito de verificar como esses conceitos podem auxiliar na compreensão desses fenômenos nas suas particularidades na fronteira Amapá – Guiana Francesa. O referencial bibliográfico que majoritariamente forneceu os dados para esta pesquisa possui um viés etnográfico, o que possibilitou um maior conhecimento do modo de vida dos migrantes brasileiros bem como realizar uma abordagem que se aproxime da percepção das condições da *transnacionalidade* como vivenciadas por esses sujeitos.

Para que este procedimento possa vir a ser ainda mais semelhante a uma epistemologia etnográfica, tivemos como norte o aporte metodológico elaborado por Geertz (1989) que, a partir dos relatos empíricos, busca identificar as teias de significados que se formam a partir da vivência dos sujeitos no meio social; essa teia construída deve ser interpretada, quando é, então, utilizado o referencial teórico selecionado. Desta maneira, os sentidos e práticas dos migrantes brasileiros na Guiana Francesa foram sistematizados conforme as categorias propostas por Ribeiro (2000), buscando interpretar esses fenômenos e suas especificidades.

Primeiramente, o artigo põe em evidência o próprio fenômeno do *transnacionalismo*; busca mostrar como a região em questão está cada vez sendo um ponto de convergência de uma rede migratória *transnacional*, na qual se insere a própria fronteira franco – brasileira. Em seguida, o trabalho adentra propriamente nas condições da *transnacionalidade*. Primeiramente a condição econômica; em seguida, nos dois tópicos seguintes, são discutidas as condições sociais. Por fim, as condições integrativas concluem a análise para que, na conclusão, uma interpretação seja apresentada com uma possível articulação entre as três condições.

O FENÔMENO DO *TRANSNACIONALISMO* NA FRONTEIRA AMAPÁ – GUIANA FRANCESA

Ribeiro (2000) considera o *transnacionalismo* como um fenômeno “econômico, político e

ideológico”. Esse fenômeno teria similaridade com outros eventos contemporâneos, como a globalização, sistema mundial e divisão internacional do trabalho. A especificidade do *transnacionalismo* seria justamente a condição da *transnacionalidade*, pois o primeiro elemento daria assim forma a uma nova condição de pertencimento a arranjos sociais e territoriais que estariam moldando práticas de nações, corporações, sujeitos, etc.; essa conjuntura possibilitaria então uma nova forma de pertencimento num nível de integração *transnacional*, ou seja, uma integração que ultrapassa as fronteiras do Estado-nação para estabelecer um relação entre múltiplas nações simultaneamente e, assim, propiciando as *condições da transnacionalidade*. O *transnacionalismo* seria então uma grande força que atuaria para romper fronteiras promovendo articulações transnacionais que perpassem desde os sujeitos migrantes até a ação dos governos e organismos internacionais no sentido de promover o fluxo de pessoas, mercadorias, informação, etc., entre atores dos diversos níveis de integração, do local ao *transnacional* (RIBEIRO, 2000).

Como afirmado na introdução deste artigo, a fronteira Amapá – Guiana Francesa integra um fluxo migratório *transnacional*, que mobiliza tanto sujeitos a níveis locais quanto atores políticos internacionais para além das fronteiras nacionais. Esse fluxo migratório envolve a região norte do Brasil, a região das Guianas, e o Caribe, que pode se estender até a Europa e América do Norte. Joseph (2020) comentando sobre o sistema migratório dos haitianos nas Guianas afirma que:

(...) o fato de ter mais de um documento também permitia aos haitianos trabalhar alguns meses no Brasil e o restante do tempo na Guiana Francesa, ou transitar entre o Suriname e este último país. Outros ficavam por alguns meses na Guiana ou no Suriname e depois seguiam para Paris, saindo da Europa novamente por ocasião do inverno. Essa prática não era exclusiva dos haitianos. Alguns brasileiros que encontrei na Guiana Francesa também passavam uma parte do ano trabalhando na Guiana Francesa e outra no Brasil, especialmente os que trabalhavam no setor comercial e no garimpo. No Haiti também é possível encontrar residentes no Canadá e nos Estados Unidos que retornaram anualmente ao país, especialmente no período invernal. Essas passagens de um território a outro correspondem ao *saber-circular* para além das fronteiras nacionais (p. 243).

Silva (2019), estudando a dinâmica da imigração na cidade de Oiapoque, norte do Amapá, fornece mais um exemplo do *transnacionalismo* desta região:

Daí ser pertinente em privilegiar a cidade de Oiapoque/AP como ponto central deste trabalho, porquanto apresenta intenso fluxo de pessoas de vários países: Peru, Suriname, Venezuela, Alemanha, França e Guiana Francesa, com diversas práticas como turismo, consumo de produtos ou apenas entretenimento local. Sendo uma região de encontros e passagens de pessoas, entre estes brasileiros e estrangeiros rumo a outras regiões mais industrializadas, como o Centro-sul do Brasil, visto que a cidade não dispõe de empregos (formais) que poderiam absorver a mão de obra local, tão pouco externa (p. 47).

Como podemos perceber nas passagens acima, existe um fluxo *transnacional* na região em questão, fluxo esse que movimenta sujeitos, mercadorias, valores, etc., de forma que os laços entre as diversas nações envolvidas sejam simultâneos, intensivos e permanentes, que aqui se materializam no fenômeno migratório propriamente dito. Nos últimos anos, a migração *transnacional* aqui identificada tem se fortalecido no sentido de privilegiar a interação sul-sul:

A migração internacional recente na Amazônia aponta para o aumento da circulação de migrantes advindos de países fronteiriços, percebe-se que a mobilidade está se tornando cada vez mais de curta distância, com o aumento de importância dos países da América do Sul em detrimento daqueles transoceânicos da Europa e Ásia (ROSÁRIO, 2019; p. 82-83).

A compreensão do fenômeno migratório tem ganhado relevância na contemporaneidade⁴ tanto pelo advento da globalização como pelas novas transformações do trabalho (PINTO, 2008), bem como pelas inúmeras formas de diáspora atuais (HALL, 2018; JOSEPH, 2015), e ainda pelo contingente de refugiados que vêm contestando as políticas multiculturalistas na Europa bem como ao redor do planeta (MACAGNO, 2014).

Os estudos sobre migração são um campo vasto e não é intenção do presente trabalho esgotá-los, mas partimos desse fenômeno para ilustrar a própria existência do *transnacionalismo* na fronteira Amapá – Guiana Francesa, já que, como aponta Ribeiro (2000, p. 121) ao diminuir a ênfase no papel das grandes organizações nesse fenômeno:

Mas a aceleração e a intensificação do fluxo de pessoas em escala global não envolvem apenas atores grandiosos e com uma inclinação consciente para o transnacionalismo. Elas também criam um mundo onde uma quantidade maior de alteridades por ser experimentada por atores sociais que não são necessariamente membros de elites econômicas e políticas. Entre estes se destacam os turistas internacionais, os *migrantes internacionais* e os *transmigrantes* (grifo nosso).

Como já afirmado, partimos do fenômeno migratório, ou, melhor dizendo, dos migrantes e suas práticas, para construir nosso argumento, que visa considerar como as condições econômicas, sociais e integrativas inerentes à fronteira franco-brasileira molda a condição maior da *transnacionalidade* na região em questão. Equacionando essas três condições menores, buscamos esboçar um sentido para a condição maior – a da *transnacionalidade*, que se ajuste à suas características específicas do objeto em questão. Para isso, não basta apenas examinar o a interação dos sujeitos migrantes apartados dos sistemas envolventes, específica e obrigatoriamente o Estado-nação, pois este está diretamente vinculado aos sentidos e práticas dos migrantes:

O terceiro e atual desenho da fronteira é marcado pela construção e início das atividades da ponte binacional, implicando em decisivas mudanças na circulação local. Os impactos da ponte se deram em três grandes dimensões. Em primeiro lugar, a circulação líquida (fluvial), anteriormente hegemônica, é hoje posta em concorrência pela circulação dura (terrestre). Em segundo, vê-se a substituição de acordos ou normas informais locais pela prevalência de regras internacionais, cuja dificuldade de adaptação ao contexto local é fonte de frustração ou conflito. Finalmente, nota-se uma contradição nas relações bilaterais: o discurso oficial de *integração* valoriza o aumento da interface entre as duas margens do Rio enquanto a prática aponta para uma diminuição e um endurecimento das regras. Em decorrência, a circulação na bacia do Rio Oiapoque tem hoje na dualidade do trânsito terrestre formalizado e das catraias informais a sua marca mais peculiar. (...) Outro aspecto do desenho atual da fronteira é que a escala nacional passou a ter mais relevância na definição das regras de circulação, criando mais rigidez. (SILVA; GRANGER; TORNEAU, 2019, p. 12).

⁴ Apesar de ser um fenômeno marcante nas últimas décadas, a migração vem moldando o cenário internacional desde a consolidação do Estado-nação no século XIX, como nos mostra Hobsbawm (1990).

Ribeiro (2000) afirma que os *níveis de integração* possuem poder estruturante sobre a capacidade dos sujeitos envolvidos. Pode-se perceber na passagem acima como agentes nacionais, os Estados-nação Francês e Brasileiro, tecem políticas que moldam o próprio processo de tomada de decisão dos sujeitos migrantes, o que faz do nível local, o das ações imediatas do cotidiano, um *locus* que seja trespassado por condições *transnacionais* de integração.

Apesar dessa ingerência, os estudos recentes dentro da temática migração mostram que o migrante é o sujeito de sua trajetória e principal ator na construção de sua história (JOSEPH, 2016; FRANKLIN, 2015). Portanto, apesar de que a política migratória francesa tem se tornado cada vez mais restritivas nas últimas décadas (JOSEPH, 2020), isso não impede o fluxo migratório de brasileiros, haitianos, surinameses, chineses, entre outros para a região, o que reafirma a prevalência da iniciativa própria do migrante ao decidir cruzar fronteiras.

Tratamos até aqui da própria existência do *transnacionalismo* na fronteira Amapá – Guiana Francesa. Até então nenhuma contribuição substantiva foi realizada, já que, como afirmado acima, este fenômeno já foi identificado em diversos outros trabalhos anteriores. Traremos agora uma maior quantidade de dados sobre os migrantes brasileiros nessa fronteira, buscando sistematizá-los nas três categorias que estamos discutindo as condições: econômica, social e integrativa da *transnacionalidade*.

A CONDIÇÃO ECONÔMICA

Em sua discussão sobre as condições da *transnacionalidade*, no que se refere à condição econômica, Ribeiro (2000) privilegia a agência das grandes corporações num capitalismo *transnacional*, que estaria tornando-se hegemônico e fundindo os níveis de integração, do local ao *transnacional*; essa hegemonia estaria também interferindo nas questões identitárias dos sujeitos que ela mobiliza:

No contexto eticamente segmentado de um mercado de trabalho de um grande projeto, as Corporações Transnacionais (CTN) desempenhavam o papel de uma importante agência de formação de identidade transnacional. Para Miyoshi, o multiculturalismo dessas corporações é uma forma de quebrar ainda mais os elos entre empregados e respectivas lealdades nacionais. É importante, assim, reter que o embaralhamento dos diferentes níveis de integração promovido pelas CTNs tem consequências que vão além das políticas econômicas, impactando, por exemplo, processos de formação identitária. (RIBEIRO, 2000, p. 103)

É bem conhecido o fato de que a migração está vinculada ao mundo do trabalho; o trabalho cria o migrante e migrante sem trabalho é uma contradição. (SAYAD, 1998; PINTO, 2008). Mas no caso da migração de brasileiros para a Guiana Francesa, foi o Estado francês o principal agente econômico que inicialmente deu origem ao fluxo migratório, e não as Corporações Transnacionais.

Como pode ser visto em Silva (2016), o processo de migração na fronteira Amapá-Guiana Francesa pode ser dividido em quatro fases: 1) as interações no passado colonial; 2) a partir de 1965, quando ocorreu a construção da base aeroespacial de lançamento de foguetes em Kourou; 3) nas décadas de 1980 e 1990, com uma nova onda de migração de brasileiros para a Guiana Francesa; e 4) desde 1996, com o advento de protocolos e acordos de cooperação entre Brasil e França.

O primeiro período, o passado colonial, é marcado por uma série de conflitos entre os

territórios nacionais que somente foi resolvido em 1900 com o Laudo Suíço, que definiu de uma vez por todas os limites fronteiriços. Foi no segundo período, a partir da construção da base aeroespacial em Kourou, em 1965, quando o governo francês deliberadamente estimulou a emigração de brasileiros para sua Coletividade Ultramarina. Pinto (2008) e Furtado (2015) apontam a então necessidade para a economia local da mão de obra brasileira. A partir desse momento, terceiro período, o fluxo migratório ganhou autonomia e começou a reproduzir-se de forma mais independente dos Estados-nação envolvidos, quando estes então necessitaram tomar medidas para o controle dessa fronteira, o quarto período.

O movimento migratório atual, então, tem como seu principal objetivo a busca pela melhora de vida dos brasileiros emigrantes, já que, em 2020, o salário mínimo na Guiana Francesa era estimado em € 1.500,00, e no Brasil R\$ 1.045,00 (€ 280,00) (JOSEPH, 2020). Essa busca por trabalho levou Pinto (2008), em sua tese de doutoramento, a utilizar a expressão *fetichismo do emprego* para justificar tal migração de brasileiros para a Coletividade Ultramar francesa num contexto de globalização que interfere nas relações de trabalho a nível internacional. Nas palavras do autor:

Neste trabalho, a palavra fetiche está empregada no sentido do fascínio, do arrebatamento que a possibilidade da conquista de um emprego na Guiana Francesa desperta. Esta expressão em nossa pesquisa aproxima-se de uma ideia de ilusão, de deslumbramento, de atração. (PINTO, 2008, p. 21-22).

Queremos enfatizar que, quanto à condição econômica, foi o Estado francês que iniciou o processo migratório ao incentivar a emigração de brasileiros para a Guiana Francesa a partir de 1965. Nesse movimento, um contingente de brasileiros fixou-se no local e uma rede migratória teve início, alimentada pelo sonho da mudança de vida. Assim, não foram as grandes corporações transnacionais os principais agentes econômicos desse fluxo *transnacional* nessa fronteira, mais o próprio Estado-nação.

CONDIÇÃO SOCIAL PARTE 1: OS BRASILEIROS E SUA COMUNIDADE NA GUIANA FRANCESA

Ribeiro (2000) afirma que “Nenhuma forma de representação social e de organização política pode desenvolver-se totalmente sem agentes sociais que encarnem seus objetivos” (p. 118). Assim, nesta e na próxima seção falaremos dos sujeitos que deram origem aos questionamentos deste trabalho: os migrantes brasileiros.

Nosso objetivo aqui é buscar evidenciar como se materializa o *transnacionalismo* na fronteira Amapá – Guiana Francesa por meios dos sentidos e práticas que esses brasileiros (e) migrados compõe na sua busca por melhores condições de vida. Neste primeiro momento, serão tratados os modos de pertencimento dos brasileiros na Guiana Francesa, buscando esboçar aproximadamente o que é ser brasileiro nessa Guiana. Na próxima seção traremos fatos propriamente *transnacionais* dos sujeitos envolvidos.

A Guiana Francesa é o terceiro território nacional exterior na extensa faixa de fronteira brasileira na América do Sul em número de brasileiros. O Consulado Geral do Brasil em Caiena, capital da Guiana Francesa, aponta que esse território possuía, em 2016, uma população de 278.511 mil habitantes (ITAMARATY, 2019a). Destes, 40.550 são brasileiros segundo o Itamaraty (2019). Um número expressivo, perfazendo mais de 10% da população local, como

já afirmado. É interessante notar que o número de brasileiros na Guiana Francesa atinge um tamanho próximo ao número de brasileiros na Argentina (46.870), país sul-americano que perde apenas para o Paraguai neste quesito, com 332.042 brasileiros e permanecendo à frente de países como Chile (12.196), Bolívia (27.581), Colômbia (17.000), Peru (3.250), Uruguai (11.518) e Venezuela (28.533), ainda segundo o Itamaraty (2019b).

Em Caiena não existem bairros inteiramente de brasileiros caracterizando uma colônia de imigrantes no local, “Mas existem áreas ocupadas livremente nas franjas do núcleo urbano originário, numa expansão típica das cidades da América Latina” (AROUCK, 2002, p. 115). Existem áreas de brasileiros mais antigas e outras de ocupação recente. Aqueles que possuem documentação e estão legalmente na Guiana Francesa podem conseguir um benefício da Prefeitura Local que lhes garante 50% do aluguel em algum condomínio construído pelo governo. Mas são poucos que conseguem esse benefício, o que leva esses brasileiros a morar nas áreas ilegais disponíveis.

Nesses lugares, possuem comércios próprios e frequentam locais específicos de brasileiros; consomem produtos do Brasil como o churrasco, açaí, farinha de mandioca, etc. (PINTO, 2008). Desta maneira, esse contingente de imigrantes brasileiros no território francês conforma um modo de vida particular que reproduz a identidade nacional no exterior, característica essa reforçada pela existência de fortes vínculos com sua terra natal (AROUCK, 2002; PINTO, 2008, SILVA, 2016), uma condição social que possibilita a *transnacionalidade*.

A dificuldade para conseguir entrada na Guiana Francesa por mecanismos legais é muito grande, devido à preocupação do Governo francês com o combate à imigração ilegal, garimpo ilegal, entre outros. Martins (2016, p. 53) afirma que:

O governo francês é bastante enfático ao afirmar que a presença de brasileiros na Guiana Francesa é indesejável, assim o demonstra a ampliação da atuação das instituições francesas no combate a essa migração, bem como são muito pontuais nas cobranças que fazem para que o governo brasileiro constranja esses deslocamentos. Cabe apontar que um brasileiro que viaja para Paris não precisa de visto por três meses, no entanto para a Guiana Francesa há regulamentação excepcional da exigência do visto (AROUCK, 2001, p. 338).

Pinto (2008) por sua vez afirma que “intensificar o controle de entrada e saída de imigrantes na Guiana Francesa é uma meta fundamental para o Estado francês na região” (PINTO, 2008, p. 97). Uma demonstração contemporânea desse fato pode ser observada quando o consulado francês no Amapá teve suas atividades encerradas no estado em abril de 2018, o que fez a já burocrática emissão do visto ser viável somente por Brasília-DF (AMAPÁ, [2019] 2020), o que foi posteriormente revertido com a reabertura do consulado francês no Amapá⁵ Esse fato dá origem a um grande contingente de imigrantes clandestinos nessa Guiana. O que, também possui como desdobramento a existência de um contingente de brasileiros em situação jurídica vulnerável. Assim, a Guiana Francesa é o segundo território exterior na América Latina em número de brasileiros presos, com 12,67% (91 presos) do total, perdendo apenas para o Para-

⁵ O consulado francês no Amapá foi reaberto na noite do dia 29 de abril de 2019, com a presença do embaixador francês Michel Miraillet e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A previsão da embaixada é que em até três meses a emissão de vistos para brasileiros interessados em entrar no território francês seja feita no Amapá (G1-AMAPÁ, [2019] 2020). Para os Estados Unidos, a obtenção do visto leva de 15 a 40 dias pela GPS Vistos (GPS VISTOS, 2020). Os Estados Unidos estão a uma distância de 7.312 km da capital do Brasil, enquanto a Guiana Francesa dista 2.023 km de Brasília. Comparando o tempo para obtenção do visto e distância entre os territórios envolvidos, fica perceptível os entraves burocráticos para a entrada de brasileiros na Guiana Francesa.

guai, com 31,33% (225 presos), conforme dados da CGU para o ano de 2015. Além desses, 40 brasileiros estavam no período em prisão preventiva, aguardando julgamento ou deportação (CGU, [2015] 2020).

Geralmente, a obtenção de um emprego na Guiana Francesa começa ainda no Brasil. Isso ocorre quando uma pessoa necessitada de trabalho tem conhecimento da possibilidade da viagem por meio de uma pessoa próxima, como um vizinho, parente, amigo, etc. Esse contato possui a capacidade de acionar os mecanismos que envolvem a rede de migração, seja por já ter viajado ou conhecer de perto alguém que já atravessou a fronteira. Esse acionamento passa pela existência de algum brasileiro na Guiana Francesa que ficará responsável por receber esse migrante na Coletividade Francesa. Envolve também o conhecimento dos mecanismos de transporte de ida para a Guiana Francesa, bem como do transporte de Saint George para Caiena, principal destino dos migrantes brasileiros. Uma vez em Caiena, esse migrante entra no mercado de trabalho guianense à espera de um vínculo empregatício que possibilite sua estadia legal na Coletividade. (PINTO, 2008).

Assim, as relações de trabalho dos brasileiros na Coletividade de Ultramar francesa são precárias e frágeis; a qualquer momento um imigrante ilegal pode ser deportado de volta para o seu país. Essa economia funciona principalmente a partir de empresas que possuem como sua finalidade agenciar trabalho imigrante ilegal, perpetuando, dessa forma, os vínculos trabalhistas que estão no centro da aventura migrante do brasileiro para a Guiana Francesa.

O sistema todo funciona então como uma rede transnacional, pois aciona vínculos simultâneos entre as duas nações, levando a busca pelo trabalho a deslocamentos entre nações que são reproduzidas por meio de práticas permanentes e enraizadas, envolvendo sujeitos que estão num constante ir e vir, aumentando o fluxo na fronteira. Isso possibilita a reprodução de uma comunidade de brasileiros na Guiana Francesa que cada vez mais aproveita dessa porosidade para fazer de seu modo de vida um modo *transnacional* de existência, inserindo-se em novas formas de pertencimento a territórios e identidades na sua condição de *transnacionalidade*.

CONDIÇÃO SOCIAL PARTE 2: *TRANSNACIONALISMO VIVIDO*

Como já visto, um fluxo migratório contínuo se intensificou entre os dois territórios (Amapá e Guiana Francesa), e nos dias atuais existe uma verdadeira comunidade de brasileiros na Coletividade de Ultramar francesa. Todavia, esses brasileiros não perdem o vínculo com o Brasil. Mesmo residindo num território exterior, laços econômicos, emocionais, e a constante incerteza do seu futuro fazem com que esses emigrantes mantenham contato regular com o seu país de origem – Brasil. Propomos, então, como já afirmado alhures, que o movimento migratório entre o Amapá e a Guiana Francesa configura-se como um *transnacionalismo*, pois existe a simultaneidade de práticas, ações e vivências por parte desses brasileiros nos dois Estados-nação: França (Guiana Francesa) e Brasil.

A atenção voltada ao aspecto *transnacional* da fronteira Amapá-Guiana Francesa não é nova, e já foi abordada por autores como Pinto (2008) e Arouck (2002), entre outros como se pode ver a seguir:

A hipótese considerada neste trabalho foi a de que a faixa de fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, mais especificamente o município de Oiapoque, possui uma dinâmica própria, influenciado por certas relações transnacionais, tendo uma implicação direta na economia e nas questões sociais no extremo norte do Brasil (OLIVEIRA, 2011, p. 17).

E também Furtado (2015, p. 48):

Esse cenário também propicia a formação de famílias e indivíduos transnacionais, definidas aqui não somente de uniões ocorridas entre indivíduos de nacionalidades diferentes, mas também pelo fato de os seus membros encontrarem-se espalhados por diversos países. Valderrama (2007) caracterizou esse transmigrante como aquele que possui laços simultâneos socioculturais, econômicos e políticos, no país de origem e destino, principalmente aqueles que atravessam a fronteira constantemente.

Nesses exemplos acima temos evidências do *transnacionalismo* da fronteira em questão, um movimento que possui dinâmica própria e que mobiliza sujeitos para além das fronteiras nacionais de forma simultânea – pelas redes envolvidas, e perene – pela continuidade do movimento ao longo do tempo.

Adentrando agora nos exemplos extraídos da literatura pertinente ao tema em questão, faremos inicialmente uma ressalva advinda de Martins (1997) quando comenta a condição delimitada que é a vida em contínua viagem, em um contínuo vir-a-ser sem previsão de estabilidade. É o caso de Tatiana Silva, residente em Caiena, e sua família, segundo o relato extraído de Arouck (2002, p. 166):

Vim para a Guiana ainda pequena com minha mãe que veio trabalhar. Estudei por aqui alguns anos e depois voltamos para o Brasil. Aliás, minha mãe sempre vai e volta. Hoje ela está em Macapá, mas quando precisa de dinheiro sempre vem passar uma temporada para trabalhar. Meu padrasto ainda trabalha por aqui, mas mora em Macapá.

Essa dimensão da migração entre o Amapá e a Guiana Francesa, essa característica recorrente da ida e vinda desses brasileiros através desta fronteira é que motiva a aplicação do conceito *transnacionalismo* ao fenômeno. Isso evidencia o ir além das fronteiras (*transnacional*, como indica o prefixo), relacionando num só movimento dois Estados soberanos, resignificando, assim, os limites de um país.

Esse *transnacionalismo*, quando vivenciado pelos sujeitos envolvidos nesse fenômeno, faz surgir sua condição, a condição da *transnacionalidade*. Temos até aqui apresentado exemplos de como esses sujeitos vivenciam essa condição, como ela está vinculada a necessidades, mas, sobretudo, a sua intencionalidade subjetiva própria, que é capaz de fazer desses migrantes sujeitos aptos a vivenciar as maiores dificuldades e desafios para realizar seu propósito, que a é a busca pela melhora de vida num local que é imaginado como mais desenvolvido.

Continuando, Arouck (2002) afirma que existe uma categoria de brasileiros na Guiana Francesa que conforma uma “população flutuante [que] é aquela que se mantém num sistema de ‘vaivém’”. A mesma é composta de imigrantes, na sua maioria, ilegais que trabalham de modo informal. Não querem se estabelecer por lá” (p. 171). Para esses ilegais, não assustavam as frequentes deportações, pois eles retornavam para a Coletividade de Ultramar Francesa imediatamente. Como bem exemplifica Pinto (2008, p. 110)⁶:

Todas segundas, quartas e sextas, dezenas de brasileiros chegam aos aeroportos de Macapá ou

⁶ O mesmo autor, na página 125 de seu trabalho, cita a fala do então Consul do Brasil na Guiana Francesa, o sr. Carlos A. L. de Carvalho: “um [brasileiro] foi repatriado pela décima primeira vez” (PINTO, 2008).

Belém e são recebidos pelo Grupo de Fiscalização do Tráfico internacional, apenas com a roupa do corpo, e com uma certeza inabalável: voltar novamente para o Departamento Francês e torcer para que a “sorte” desta vez fique o seu lado.

Mas existem relatos de brasileiros que mesmo obtendo o seu “papel”, continuam indo e vindo, ainda que depois tenham se fixado na Guiana Francesa definitivamente. É o caso da Sra. Denise Cordovil de Araújo, casada, então residente há 15 anos na Guiana Francesa:

[...] Vim para Caiena depois que meu marido já estava aqui há vários anos. Ele vinha e voltava para Macapá. Quando ele conseguiu seu papel eu vim de vez. Nós ainda voltamos nesse meio termo, mas aí decidimos ficar de vez porque aqui se ganha melhor que no Brasil e as escolas são boas e gratuitas (AROUCK, 2002, p. 168).

Nessa fala da Sra. Denise Cordovil de Araújo, pode-se verificar a continuação da travessia pela fronteira mesmo após a obtenção da *carte* bem como a imagem da Guiana Francesa como um local melhor que o Brasil. Afirma ainda Arouck (2002) sobre os brasileiros flutuantes, que “estão num constante ‘vaivém’ entre Macapá, Belém e Caiena. Muitos já possuem sua *carte de séjour* e trabalham por temporada em Caiena ou Kourou” (p. 126-127). É possível perceber esse fenômeno também nesta passagem de Martins; Superti e Pinto (2015, p. 391):

Vale ressaltar que em pesquisas recentes, a estratégia do “vai e vem” (*aller/retour*) é utilizada cada vez mais com frequência por imigrantes brasileiros na fronteira norte do Brasil. O que antes era visto como insucesso migratório, uma indecisão entre ficar na Guiana Francesa ou retornar para o Brasil, hoje é uma prática vista com naturalidade, pois existe nesta estratégia um cálculo racional, levando em conta custo/benefício. A partir de um cálculo racional alguns imigrantes brasileiros assumiram de vez que pertencem as duas sociedades e que estar no Brasil ou na Guiana faz parte de mesmo processo migratório. Desta forma, é cada vez mais comum depoimentos de brasileiros que não se importam mais de passar férias no Brasil ou mesmo passear na casa de familiares em períodos de curta duração. Esse fenômeno no Oiapoque é extremamente perceptível. Inclusive, observações feitas em campo atestam que alguns brasileiros que residem em Caiena, vão no fim de semana ao Oiapoque fazer compras, tomar cervejas e atrás de lazer. O que antes era exclusivo de turistas franceses/guianenses, nos últimos anos tem sido uma prática de imigrantes brasileiros com seus familiares.

Nestas duas últimas seções, pretendemos enfatizar a condição social da *transnacionalidade* na fronteira em questão. Essa dimensão social nos mostra que: a) os brasileiros compõem uma parte significativa do contingente populacional da Guiana Francesa; b) esses brasileiros formam uma comunidade que interage com o Brasil por meio de c) redes transnacionais; d) essas redes em sua grande parte são compostas por mecanismos ilegais; e) o brasileiro migra para a Guiana Francesa por acreditar ser esse um lugar “melhor” do que o Brasil. São essas as condições sociais que propomos. Elas sintetizam o que, socialmente, possibilita a experiência *transnacional* desses migrantes. Essas condições servirão para a melhor compreensão das condições integrativas que exporemos a seguir.

CONDIÇÕES INTEGRATIVAS

As condições integrativas articulam o grau de pertencimento e as afiliações identitárias per-

tinentes aos níveis de integração correspondentes. Ribeiro (2000) elenca os níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional. No nível local aconteceriam as experiências cotidianas da interação social humana; no nível regional, ocorreria um recorte dentro de uma nação, como Sul, o Norte, no Brasil, por exemplo. Os níveis nacional, internacional e transnacional remetem as relações internas, externas e simultâneas entre nações. Segundo o autor, “Os níveis de integração têm poderes sobre a estruturação das capacidades de agentes coletivos e individuais. São, portanto, instâncias fundamentais de formação identitária” (RIBEIRO, 2000, p. 95).

Quando discutimos o *transnacionalismo* mais acima neste artigo, utilizamos da fala de Silva; Granger; Torneau (2019) para mostrar que, nas movimentações recentes dos governos francês e brasileiro na questão fronteiriça, está ocorrendo um descompasso entre as políticas implementadas e as necessidades da população. Ou seja, estaria ocorrendo um desacordo entre os níveis de integração local e o internacional/transnacional. Esse fato foi bem notado por Martins; Cavlak (2020, p. 106):

Os elementos políticos e econômicos que estruturam a retórica global de um mundo sem fronteiras não foram suficientes para transformar a cooperação transfronteiriça franco-brasileira num projeto político exitoso devido a não internalização dos aspectos da escala local.

Assim a política internacional/transnacional estaria enfraquecida, acreditamos, por negligenciar o aspecto *transnacional* na fronteira. As relações internacionais, entre nações, não estão considerando a integração *transnacional*, para além das fronteiras. Como vimos nos itens sobre as condições sociais da *transnacionalidade*, os brasileiros formaram uma comunidade na Guiana Francesa; estabeleceram relações de reciprocidade entre as nações; e estão constantemente atravessando a fronteira num movimento de pertencimento, de identidades fluidas, diluídas entre os dois territórios. Como afirma Lima-Pereira (2020, p. 159), “O resultado deste artigo pode ser decepcionante se considerarmos apenas o aspecto econômico e jurídico das relações de vizinhança sem levar em conta a circulação de indivíduos e a riqueza sociocultural”.

O que fica claro até aqui é que, após a iniciativa do governo francês na década de 1960 para o incentivo da emigração de brasileiros para suprir a carência de mão de obra na sua Guiana, esse mesmo Estado francês está cada vez mais fechando as portas para os imigrantes brasileiros, bem como para os demais imigrantes (JOSEPH, 2020). A condição integrativa da *transnacionalidade* na fronteira Amapá – Guiana Francesa é marcada, então, por uma disjunção entre o local e a ausência de políticas transnacionais, e o nível local não é acompanhado por medidas transnacionais que deveriam ser perpetradas pelos agentes governamentais dos dois países. Haveria assim uma *transnacionalidade* entre os sujeitos, mas não entre os governos das respectivas nações.

Mas a falta de uma maior atenção ao viés *transnacional* por parte dos governos envolvidos não afeta a condição da *transnacionalidade* nessa fronteira, pois sujeitos continuam em seu fluxo entre fronteiras mantendo e reproduzindo o *transnacionalismo* e, conseqüentemente, propiciando as condições para que a *transnacionalidade* seja vivenciada pelos sujeitos migrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo propomos realizar um estudo mais detido sobre conceitos como *transnacional*-

lismo, *transnacionalidade* e *transnacional* aplicados ao fenômeno migratório na fronteira Amapá – Guiana francesa. Como já afirmado, essa abordagem não é nova, pois o *transnacionalismo* nessa fronteira é um fato já percebido; possivelmente estes conceitos utilizados não tenham ainda sido mais detidamente aplicados ao estudo da fronteira em questão, principalmente as especificidades das condições econômicas, sociais e integrativas da *transnacionalidade*, conforme descreve Ribeiro (2000).

Inicialmente partimos da própria confirmação do fenômeno do *transnacionalismo* no fronteira franco-brasileira. Isso se fez necessário para enquadrar o fenômeno estudado na categoria de análise, bem como deixar manifesto e incontestado a existência desse fenômeno. Em seguida, começamos a delinear as condições da *transnacionalidade* escolhidas para o desenvolvimento do argumento. A *transnacionalidade*, como já afirmado, é uma condição, não existe de fato, mas potencialmente; diz respeito à experiência do sujeito que vive o *transnacionalismo*, e precisa de fatores, de condições, para sua realização.

Ao tratar da condição econômica, vimos que sua principal característica é a de que foi o Estado francês, e não as grandes corporações transnacionais, que iniciaram propriamente o fenômeno do *transnacionalismo*; em consonância com a condição econômica, vimos que as condições sociais originaram um fluxo de brasileiros para essa Guiana buscando melhorar de vida por considerarem a Guiana Francesa um lugar “melhor” para viver. Isso deu origem a um contingente de migrantes que criou um fluxo contínuo entre as duas nações; formou uma comunidade de brasileiros na Coletividade Ultramarina francesa e formou também uma rede *transnacional* de sujeitos migrantes. No que tange à condição integrativa, vimos também que as relações políticas entre as duas nações não estão sendo assimiladas pela população no nível local.

Essas três condições podem trazer uma compreensão específica para a questão do *transnacionalismo* na fronteira Amapá – Guiana Francesa. Considerando a importância do papel do Estado no início do fluxo migratório; o papel do Estado, mais uma vez, nos processos de regulação dos migrantes; os processos de tomada de decisão dos agentes governamentais à revelia dos aspectos *transnacionais* no nível local; e, por fim, o crescente *transnacionalismo* na região motivado por questões políticas, faz com que a ênfase nos aspectos econômicos desse fenômeno, como faz Ribeiro (2000), cada vez mais dê lugar a seus aspectos *políticos*, na esteira do que afirma Macagno (2014), ao tratar da politização do multiculturalismo.

O que pode parecer um truismo, considerar sujeitos transnacionais como sujeitos políticos, pois são necessariamente políticos, pode também trazer a reflexão de que é necessário um olhar para o ser humano em sua dimensão integral, não somente quanto a suas necessidades econômicas. Por trás do migrante que realiza seu empreendimento buscando melhorar de vida, existe um pai de família, uma mãe, um irmão, e, por fim, um cidadão com direitos humanos universais que muitas vezes são negligenciados em detrimento de valores - econômicos - que não justificam mais a contento o *transnacionalismo* e, também, a condição da *transnacionalidade*.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Vistos para a França voltarão a ser emitidos no Amapá. Portal do Governo do Estado do Amapá. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2603/vistos-para-a-franca-voltarao-a-ser-emitidos-no-amapa>. Acesso em 25 de maio de 2020.

AROUCK, Ronaldo. **Brasileiros na Guiana Francesa**: fronteiras e construções de alterida-

des. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (BRASIL). **Informações estatísticas referentes ao exercício de 2015**, tomando como base a data de 31-12-2015. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/492636/RESPOSTA_RECURSO_1_Informa. Acesso em 25 de maio de 2020.

DUARTE, Geraldine Rosas. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Confins: revista franco brasileira de geografia**, n. 28, 2016.

FRANKLIN, Rubem Maciel. Imigração, fronteiras culturais e identidades étnicas: conceitos para um debate interdisciplinar. **Revista outras fronteiras**, n. 2, vol. 2, jul-dez, 2015.

FURTADO, Huana da Silva. **Trabalho, migração e relações sociais**: a presença de imigrantes brasileiros em área de mineração na Guiana Francesa. 2015. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNIFAP, Macapá, 2015.

G1-AMAPÁ. **Consulado francês é reativado no Amapá e prevê emissão de vistos em 3 meses**. Portal G1-Amapá, Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/04/30/consulado-frances-e-reativado-no-amapa-e-preve-emissao-de-vistos-em-3-meses.ghtml>. Acesso em 25 de maio de 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora SA., 1989.

GPS VISTOS. **Quanto tempo demora para tirar o visto americano?** Disponível em: <https://www.tirarvistoamericano.com/visto-americano/quanto-tempo-demora-para-tirar-o-visto-americano/> Acesso em 25 de maio de 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ITAMARATY (a). **Consulado-Geral do Brasil em Caiena**. Disponível em: http://caiena.itamaraty.gov.br/pt-br/guiana_francesa_-_informacoes.xml. Acesso em: 07 jul. 2019.

_____. (b). MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brasileiros no mundo**. Estimativas populacionais das comunidades. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

JOSEPH, Handerson. Criando associações: migrantes haitianos na América Latina. In: Instituto Migrações e Direitos Humanos. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, n. 11, v. 11, 2016.

_____. Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan-jun, 2015.

_____. O sistema migratório haitiano nas guianas: para além das fronteiras. **Diálogos**, n. 2, v. 24, p. 228-258, mai./ago., 2020.

LIMA-PERERIA, Rosuel. Guiana Francesa, uma região ultra-periférica da União Europeia: questões e desafios no século XXI. **Diálogos**, n. 2, v. 24, p. 144-163, mai./ago., 2020.

MACAGNO, Lorenzo. **O dilema multicultural**. Curitiba: UFPR; Rio de Janeiro: Graphia, 2014.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira. **Fronteiras e Debates**, n. 1, vol. 3, jan-jun, 2016.

MARTINS, Carmentilla das Chagas; CAVLAK, Iuri. O dilema da participação local na cooperação transfronteiriça Brasil-França (1990-2015). **Diálogos**, n. 2, v. 24, p. 103-124,

mai./ago., 2020.

MARTINS, Carmentilla das Chagas; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades. **Revista Tomo**, n. 27, jul-dez, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Betiana de Souza. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa: um estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayenne**. 2011. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNIFAP, Macapá, 2011.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. 2008. Tese (doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, Belém, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 2000.

ROSÁRIO, Livia Verena Cunha do. **Interseccionalidade e fronteira: mulheres negras migrantes na Amazônia franco-amapaense**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras – UNIFAP, 2019.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, José Maria da. Dilemas da integração entre Brasil e França na fronteira sul-americana. In: SILVA, José Maria da. **Amazônia em contexto: uma perspectiva antropológica**, Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; TORNEAU, Francois-Michel le. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). **Mercator**, v. 18, e18018, 2019

SILVA, Jonathan Viana da. **A mobilidade de estrangeiros e sua influência socioeconômica na fronteira do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa (França)**. Relatório Técnico-Científico (Mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira – UNIFAP, 2019.